



16º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais

Tema: “40 anos da “Virada” do Serviço Social”

Brasília (DF, Brasil), 30 de outubro a 3 de novembro de 2019

Eixo: Serviço Social, Fundamentos, Formação e Trabalho Profissional

Sub-Eixo: Ênfase em Formação Profissional

O/A ASSISTENTE SOCIAL NA EDUCAÇÃO PRIMEIRAS OBSERVAÇÕES ACERCA DO ESTÁGIO EM SERVIÇO SOCIAL NO IFPR

Evelyn Raquel Carvalho¹

Vatusy Aparecida Nascimento²

Andreia da Silva Temoteo de Oliveira³

Adriana Lucinda de Oliveira⁴

Resumo: O objetivo central do estudo é apresentar o campo de estágio obrigatório em Serviço Social, no contexto do IFPR campus Paranaguá, descrevendo o acompanhamento do/a estudante, o processo de inscrição e análise de bolsas e auxílios, as atividades de cunho extensionista e a promoção de oficinas tecendo um olhar crítico sobre o fazer do/a assistente social.

Palavras-chave: Educação. Serviço Social. Estágio.

Abstract: The main objective of this study is to present the internship required to the Social Service course field in the context of IFPR, Paranaguá campus, describing on the student follow up, the enrolment process and the analysis for scholarship, extended activities and the promotion of workshops showing a critic look inside the social worker daily routine.

Keywords: Education. Social Service. Internship.

1. INTRODUÇÃO

O presente relato de experiência, expressa observações oriundas do estágio obrigatório em Serviço Social, realizado na Seção Pedagógica e de Assuntos Estudantis (SEPAE) do Instituto Federal do Paraná (IFPR) - Campus Paranaguá. O objetivo central deste relato é apresentar a experiência na área da Educação, especificamente nessa instituição evidenciando limites e possibilidades para esta atuação. Apresenta-se inicialmente o contexto e as legislações que nortearam o estudo. No desenvolvimento, relata-se as experiências do estágio, descrevendo a ação do/a assistente social no campo observado. Por fim, traça-se considerações e os aprendizados a partir das experiências vividas, refletindo com autores da área de Serviço Social.

O art. 2º da (Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008) descreve os Institutos Federais como “instituições de educação superior, básica e profissional, pluricurriculares e multicampi, especializados na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino”. (BRASIL, 2008), abrangendo o território nacional. No Paraná, desde 2008, foram originados 25 campi, dentre eles o IFPR – campus Paranaguá, local desta pesquisa. O IFPR tem como visão “ser referência em educação profissional, tecnológica e científica, reconhecida pelo

¹ Profissional de Serviço Social, Universidade Federal do Paraná, E-mail: evelyn.carvalho@ifpr.edu.br.

² Estudante de Graduação, Universidade Federal do Paraná, E-mail: evelyn.carvalho@ifpr.edu.br.

³ Estudante de Graduação, Universidade Federal do Paraná, E-mail: evelyn.carvalho@ifpr.edu.br.

⁴ Professor com formação em Serviço Social, Universidade Federal do Paraná, E-mail: evelyn.carvalho@ifpr.edu.br.

compromisso com a transformação social” (IFPR, 2018) e se localiza em regiões caracterizadas por diversas vulnerabilidades socioeconômicas como violências, falta de acesso a serviços básicos e desemprego. Destaca-se que o IFPR tem 80% de suas vagas reservadas para o público cotista.

Visando a permanência e o êxito do/a estudante na instituição, a SEPAE atua junto à comunidade acadêmica realizando o acompanhamento do discente em todos os aspectos de sua formação social e pedagógica. Conforme (IFPR, 2018) entende-se que “o acompanhamento estudantil tem papel preponderante, pois assume o atendimento equiparado independentemente de condição social, econômica, raça, cor, credo, dentre as mais diversas formas de ser e pensar do ser humano”. A SEPAE conta com uma equipe multidisciplinar, e dentre (as) os profissionais encontra-se a assistente social cujas ações atendem a todos/as os/as estudantes que dela necessitem.

Para Martinelli (2006), o/a assistente social é o/a profissional que mais se aproxima do cotidiano do usuário, o que permite uma dimensão da realidade diferenciada:

Recuperar a centralidade do humano, reconhecer os sujeitos sociais com os quais atuamos como legítimos construtores da prática social. Nós não construímos a sós a nossa prática profissional, o fazemos de modo inclusivo com todas as pessoas, sejam elas crianças, adultos, anciãos, o morador de rua, pois não há ser humano sem história, assim como não há identidade sem escuta (MARTINELLI, 2006, p.11).

Concebe-se a educação enquanto política pública prevista desde a Constituição Federal. Estudos (PEREIRA PONTES, 2018; DANIEL, 2018) apontam que quanto maior é o acesso da população a educação, maior são as suas chances de desenvolvimento e acesso a oportunidades de vida. Sendo assim, um desafio a ser superado é a ampliação da permanência dos estudantes no ambiente escolar. Pensa-se a escolarização não apenas como via para o crescimento profissional, mas para uma formação integral e cidadã.

Conforme Freire (2018) “a escola: é o lugar onde se faz amigos, não se trata só de prédios, salas, quadros, programas, horários conceitos... Escola é, sobretudo, gente que trabalha que estuda, que se alegra, se conhece, se estima”. E acrescenta-se aqui, a escola pode ser um local privilegiado de cumprimento de medida socioeducativa, um espaço para profundas mudanças, construção de identidades e encantamento pelo saber.

Para garantir a permanência e diminuir a evasão de alunos, são ofertados por meio da Política de Assistência Estudantil dos IFES, programas que contemplam auxílios como moradia, alimentação, transporte, monitoria, aquisição de materiais didáticos, etc. A participação nesses programas tem como critérios as condições socioeconômicas do estudante. Compreendem-se como situações de vulnerabilidades socioeconômicas aquelas “decorrente de desigualdade social e financeira, privação e/ou fragilização de vínculos de pertencimento social ou afetivo-relacionais.” (IFPR, 2018)

O decreto 7.234/2010 dispõe sobre o Programa de Assistência Estudantil – PNAE aponta como objetivos:

- I – democratizar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal;
- II - minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais na permanência e conclusão da educação superior;
- III - reduzir as taxas de retenção e evasão; e
- IV - contribuir para a promoção da inclusão social pela educação. (BRASIL, 2010)

Outras legislações compõem o processo de garantia de direitos as/os estudantes, dentre elas a Resolução nº 04/2010 que descreve o Programa de bolsas de monitoria e o plano de trabalho para captação de recursos, bem como a Resolução nº 64/2010, que aprova a criação do programa de bolsas acadêmicas e inclusão social. Ambas, corroboram com o processo de êxito dos discentes na instituição.

Especificamente no IFPR campus Paranaguá as ações desenvolvidas pela equipe de Serviço Social relacionadas a assistência estudantil compreendem 4 frentes de atuação: 1 – atendimentos a estudantes; 2 – orientação e análise do processo das bolsas de assistência estudantil; 3 – planejamento e organização de projetos de extensão; 4 – realização de oficinas. Na sequência apresenta-se uma sistematização dessas ações que permearam a dinâmica e os sujeitos que compõem o processo de estágio curricular obrigatório (supervisora de campo, estagiárias, orientadora acadêmica e população atendida)

2. RELATO DA EXPERIÊNCIA

2.1 ATENDIMENTO AOS ESTUDANTES

Destaca-se que a população atendida no IFPR campus Paranaguá vai desde o ensino médio até a pós-graduação (nível mestrado) sendo a realidade desses estudantes caracterizadas por diversas vulnerabilidades sociais como desemprego, violência, evasão escolar, dentre outras. Esse contexto envolve a atuação do/a assistente social que através da escuta qualificada e do olhar atento desvelando a realidade do estudante, identificando os aspectos sociais em sua fala e observando sua história de vida. Ou seja, como é a vida dos/as estudantes fora dos muros da escola e como esse mundo exterior corrobora para o sucesso escolar. O Serviço Social é uma das áreas que mais se aproxima da vida do estudante, seja pelo contato direto, acesso à documentação, ou pelo conhecimento da família.

Aspectos familiares, sociais, econômicos, de saúde, de lazer, acompanham sua trajetória, sendo muito importante para a atuação do/a assistente social conhecer a qualidade desses vínculos, entendendo a educação em seu aspecto integral. Uso de drogas, quebra de laços familiares, homofobia, violência doméstica, doenças crônicas, gravidez na adolescência, *bullying* e *ciberbullying*, déficit de aprendizagem, tentativa de suicídio, foram situações observadas e objeto das intervenções do Serviço Social. A experiência de estágio evidenciou a precariedade das

condições de trabalho do/a assistente principalmente quanto ao curto espaço de tempo em receber/analisar/publicar resultados das análises socioeconômicas, a falta de profissionais para o debate em equipe multidisciplinar, desconhecimento ou visão equivocada por parte da comunidade acadêmica das atribuições do/a assistente social.

2.1.1 ORIENTAÇÃO E ANÁLISE DO PROCESSO DAS BOLSAS

No IFPR são ofertados os seguintes programas de Assistência Estudantil (AE): Programa de Assistência Complementar ao Estudante (PACE); Programa de Bolsas Acadêmicas de Inclusão Social (PBIS); Programa Estudante Atleta (PEA); Programa Monitoria (MONITORIA).

Salienta-se que a entrega da documentação de modo completo é um dos critérios de seleção para o deferimento/indeferimento nos programas, servindo de subsídio para a análise das situações de vulnerabilidade socioeconômica. A equipe da SEPAE realiza o recebimento das documentações, sendo que a conferência e análise dos processos ficam a cargo da área de Serviço Social.

Tendo por base o contato com os/as estudantes, os documentos legais e o contato com a própria SEPAE vê-se que a AE busca ampliar o acesso, permanência e êxito na educação. Pondera-se que muitos são os desafios que envolvem a AE: seja a burocracia dos editais, dificuldade de compreensão dos fluxos por todas as comunidades envolvidas (estudantes e suas famílias, docentes, TAE), práticas assistencialistas, fragilidades na estrutura do atendimento, precarização do trabalho do assistente social.

Na perspectiva de exemplificar o processo, passa-se a um breve relato do fluxo de atendimento acompanhado durante o período de estágio. No início de 2019, foram lançados editais de programas de bolsas e auxílio estudantil, para o exercício desse ano, o processo de seleção ocorreu do seguinte modo: 1. Inscrição, 2. Seleção, 3. Resultado Preliminar, 4. Interposição de Recursos e 5. Resultado Final. Dentre eles, analisaremos o processo de 1 e 2.

A inscrição se deu exclusivamente pelo Sistema de Gerenciamento da Assistência Estudantil – SIGAE do Instituto Federal do Paraná, pelo *link* <https://sigae.ifpr.edu.br>. Destaca-se que foi um processo novo, uma vez que nos anos anteriores as inscrições eram via formulário impresso. A maioria dos alunos não conseguiu compreender o sistema, o que resultou em dificuldades para a equipe que auxiliava na inscrição. Alguns não sabiam digitalizar os documentos, que deveriam ser, obrigatoriamente, anexados ao Formulário Eletrônico – SIGAE, no momento da inscrição. Os/As estudantes que não tinham acesso à internet puderam se dirigir ao laboratório de informática do seu campus, no período de inscrição, das 09 h às 21 h para fazê-la, e havendo dúvidas procuravam a Seção Pedagógica e de Assuntos Estudantis – SEPAE.

A análise e seleção foram feitas exclusivamente por assistentes sociais, mediante estudo e parecer socioeconômico, por meio do SIGAE, em conformidade com o Índice de Vulnerabilidade Social – IVS no Instituto Federal do Paraná. Compõe a análise do índice de vulnerabilidade social: número de componentes familiares, condições de moradia, situação de trabalho, ter cursado esco-

la pública, renda per capita, situações adversas como doenças, deficiência em algum familiar, dentre outras. As variáveis de maior peso são renda bruta, composição familiar e situação de trabalho, ocupação e emprego. Por outro lado, a situação de menor peso é o meio de transporte. (IFPR, 2018) A análise é realizada conforme os editais e o Decreto nº 7.234/10 que dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES.

Art. 4º As ações de assistência estudantil serão executadas por instituições federais de ensino superior, abrangendo Instituições Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, considerando suas especificidades, as áreas estratégicas de ensino, pesquisa e extensão e aquelas que atendam às necessidades identificadas por seu corpo discente.

Parágrafo único. As ações de assistência estudantil devem considerar a necessidade de viabilizar a igualdade de oportunidades, contribuir para a melhoria do desempenho acadêmico e agir, preventivamente, nas situações de retenção e evasão decorrentes da insuficiência de condições financeiras.

Faz-se necessário salientar que o artigo 5º do Programa Nacional de Assistência Estudantil evidencia os destinatários prioritários das ações de assistência estudantil.

Art. 5º Serão atendidos no âmbito do PNAES prioritariamente estudantes oriundos da rede pública de educação básica ou renda familiar per capita de até um salário-mínimo e meio, sem prejuízo de demais requisitos fixados pelas instituições federais de ensino superior.

A Assistência Estudantil, pautada na Política Nacional da Assistência Estudantil – PNAES – Decreto nº 7.234/2010, tem como finalidade ampliar as condições de acesso, permanência e êxito do estudante no IFPR, e está articulada ao tripé ensino, pesquisa e extensão. É orientada por princípios e diretrizes institucionais, que se configuram como fundamento para a elaboração e a execução de programas e ações, estabelecendo-se de forma transversal a todos os setores que compõem a Instituição. A política de Assistência Estudantil do IFPR é efetivada por meio de Programas e Projetos, que devem compreender ações que atendam a todos os estudantes enquanto sujeitos em processo de formação, nos diferentes níveis de ensino. Assim como os Institutos Federais, a AE nesse campo é nova e possui muitos desafios a serem superados. Considera-se que mesmo estando presente na vida de muitos/as estudantes e colabore para a redução de desigualdades sociais, ela ainda não é realizada de modo satisfatório para atingir a demanda necessária.

Entendendo que a questão socioeconômica impacta diretamente na permanência e êxito do/a estudante na instituição faz-se necessário (re) pensar estratégias para uma efetiva democratização da educação.

2.2 PLANEJAMENTO E ORGANIZAÇÃO DOS PROJETOS DE EXTENSÃO

A experiência de estágio teve um processo de intervenção social realizado com três frentes distintas de atuação: medidas socioeducativas, terceirizados e fanzine. Na perspectiva de institucionalizar e visibilizar o trabalho do Serviço Social, a equipe elaborou três projetos de

extensão e os submeteu ao COPE – Comitê de Pesquisa e Extensão, os projetos foram aprovados e estão em desenvolvimento sob a coordenação da Assistente Social Evelyn Carvalho.

O 'Projeto Medidas Socioeducativas' compreende o acompanhamento dos/as jovens em cumprimento de medida socioeducativas no município de Paranaguá. Esta ação embasa-se no Estatuto da Criança e do Adolescente que descreve como dever do Estado disponibilizar locais adequados para o cumprimento de medidas protetivas e socioeducativas (MSE), para adolescentes de 12 a 18 anos incompletos que cometeram algum ato infracional. Nesse sentido, o local deve permitir ao jovem infrator o desenvolvimento e percepção de habilidades e novos aprendizados. Nesse contexto o projeto se propôs a desenvolver o acolhimento e acompanhamento desses jovens no IFPR proporcionando um ambiente de socialização diferente do vivido pelos mesmos. Com a participação da psicóloga, dos técnicos de informática e da biblioteca a iniciativa contou com o acolhimento de um jovem da comunidade que desenvolveu atividades no setor de informática, em que aprendeu a formatar computadores, instalar programas e rede. Esse aprendizado segundo o jovem irá "impactar seu retorno ao ambiente escolar para um planejamento de sua vida futura". O referido jovem almeja candidatar-se ao IFPR, com vistas a cursar o ensino médio em informática.

O 'Projeto Fortalecer: Valorizando os/as Servidores/as Terceirizados/as' consiste em dar visibilidade a esses/as trabalhadores/as, ao debater temas de seus interesses e ao favorecer o enlace com a comunidade acadêmica. Destaca-se que mesmo com sua atuação fundamental, muitas vezes esses permanecem invisíveis aos olhos de estudantes, docentes e técnicos/as. O Projeto Político Pedagógico do IFPR salienta a importância dos/as terceirizados/as no Instituto e a necessidade de valorização e fortalecimento deste grupo.

Nesse contexto a ação se deu por meio de encontros sistemáticos com temas indicados pelo próprio grupo. Trabalhou-se com discussões sobre legislações trabalhistas, capacitações, continuidade de trajetória escolar, além de dinâmicas de grupo envolvendo alongamentos e exercícios laborais. Justifica-se esta ação ao considerar as diversas fragilidades que envolvem a condição trabalhista dos terceirizados/as.

Por fim, o projeto 'Fora da Bolha- Comunicação Social na Boca do Povo' que tem como objetivo realizar debates e reflexões com estudantes, servidores/as e egressos/as através da confecção de uma mídia crítica e criativa - *fanzine*. O *Fanzine* é um material de comunicação de fácil produção e baixo custo que tem como característica principal a criticidade. Sabe-se que a comunidade acadêmica passa por muitos problemas durante sua trajetória escolar, questões que refletem diretamente no desempenho escolar, como violência, desemprego, problemas intrafamiliares, racismo, homofobia, *bullying*, uso e abuso de drogas, vulnerabilidade econômica, etc. Nesse sentido, este projeto trabalha de maneira crítica com debates e exposições de ideias, tendo como suporte a metodologia dialógica, com vistas a contribuir para a permanência e êxito do aluno.

2.3 AS OFICINAS na IV Semana Mulheres e Direitos Humanos

Nas datas de 20, 21 e 22 de Março de 2019, nas dependências do Instituto Federal do Paraná – campus Paranaguá – PR, aconteceu a ‘IV Semana Mulheres e Direitos Humanos’, que trouxe como tema a garantia pela vida. Com a finalidade de discorrer sobre o assunto, as discentes organizaram e realizaram três oficinas, tendo como eixo norteador as discussões relacionadas a gênero, raça e relações de poder. As estudantes, de forma lúdica, utilizaram a maquiagem como ferramenta de diálogo com as/os estudantes do IFPR, a partir de três momentos distintos:

1. Maquiagem e a tirania da beleza, 2. Maquiagem negra e representatividade e 3. Maquiagem não é ‘mimimi’. As oficinas tendo como premissa a construção de acordo coletivos e dialético, transformaram-se em uma roda de conversa, provocando o protagonismo e a participação dos sujeitos, desconstruindo horizontalmente preceitos e convenções sociais, primando pela representatividade, igualdade e respeito.

A atividade nº 1, ocorreu no período da manhã e contou com a presença de 37 alunos (as), sendo 24 meninas e 13 meninos, dos cursos de ensino médio técnico de Meio Ambiente e Informática. Durante o diálogo, o grupo assistiu a um vídeo da youtuber Jout Jout comentando e analisando o livro “A falta que a falta faz” (Silverstein, 2018) que narra as relações interpessoais e suas complexidades através de um ser circular. O grupo percebeu a metáfora sobre a história de vida contida no livro, e citaram como exemplo, o *bullying*, dizendo que se sentem instigados a mudar para agradar o autor das ofensas/humilhações, para que a pressão acabe, e se afastam do que verdadeiramente pode trazer sentido às suas existências. Durante esse vídeo, algumas discentes também mencionaram a pressão social sofrida pela mulher devido ao machismo e as relações de poder.

Já a atividade nº 2, ocorreu no período da tarde, com uma oficina com ênfase em mulheres negras, o que nos fez discutir sobre colorismo que é o conceito utilizado para debater a marginalização da população negra dependendo da sua aparência, ou seja, tonalidade de cor, textura dos cabelos, etc. As falas foram baseadas na necessidade da mulher negra de vencer o racismo e na relação branquitude-negritude, quando se trata do mundo da beleza. Falou-se sobre o mercado de consumo e mercado midiático e a não inserção de mulheres negras em propagandas de cosmético, grifes, etc. Em um segundo momento foi analisada a beleza da mulher negra através dos tempos, com um vídeo que mostrava a mudança na maquiagem desde a década de 1920 até os anos 2000, junto com um vídeo sobre uma maquiagem profissional completa em pele negra retinta. O diálogo centralizou-se no debate sobre a inexistência de uma base para negras por muito tempo, e que a maioria dos produtos presentes no mercado hoje, possuem um custo elevado, o que nos fez refletir sobre a realidade de vida da maioria das mulheres negras e seu lugar na sociedade. Falaram sobre as diferenças das pressões da mulher branca e da mulher negra, fazendo uma relação com lugar de fala. Por último, as mulheres foram

estimuladas a se maquiarem sem espelho, para que pudessem conhecer seus rostos, traços através do toque.

Por fim, a atividade 3 compreendeu uma roda de conversa, com objetivo de organizar um coletivo de debate. Todos se apresentaram e ficou decidido que seriam discutidas as relações de poder dentro de cursos estereotipados para o público-alvo masculino, por exemplo, o curso de Física, que contém mulheres matriculadas. Os relatos iniciaram e percebeu-se que o machismo faz parte do desenvolvimento das aulas, “tanto por parte dos professores que se abstém de explicar as discentes por serem mulheres” (registro de diário de campo), quanto por parte dos colegas de classe que tratam com normalidade essas ações. Foi falado que o machismo é estrutural, mas que é preciso combatê-lo. Também foi mencionado pelos/as participantes a necessidade de abrir relatos junto a Seção Pedagógica e de Assuntos Estudantis – SEPAE, no intuito de contar com o apoio do setor especificamente no turno da noite com os cursos superiores. Por se tratar de uma atividade que buscou desmistificar a ideia de que ‘a mulher passar por momentos de humilhação é normal’, foi importante a colocação de todos do grupo de forma respeitosa, compreendendo a luta coletiva por direitos.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme Moreira (2011), Netto (2005) e Iamamoto (2010) são as diferentes expressões da questão social que constituem o objeto de intervenção do assistente social. Esse profissional caracteriza-se como instrumentalizado teórico e metodologicamente, estando comprometido de modo ético com a classe trabalhadora. Essa geradora de demandas cada vez mais complexas ao Serviço Social, dentre elas os desafios no campo da educação.

O atendimento aos estudantes é um dos momentos em que o assistente social consegue aprofundar o vínculo com os usuários. Diversos contextos desencadeiam ações que demandam atenção multidisciplinar como os encaminhamentos a rede sócio assistencial, chamada para escuta dos responsáveis, atuação conjunta nos projetos de extensão. Essa experiência indica que o atendimento pode ser uma via para um universo de situações que ocorrem fora dos muros da instituição, mas que acabam por impactar o rendimento escolar. No que tange às delimitações de atendimento do/a assistente social, GENTILLI (1998) pondera que eles/as “realizam atendimentos a pessoas em diversas situações, relações e conflitos sociais; de trabalho, de vida familiar, de desemprego, de vizinhança, de organização social, de benefícios e de direitos sociais e humanos” (GENTILLI, 1998, p. 40).

Em relação à análise socioeconômica para o processo de inscrição das bolsas e auxílios observou-se que a excessiva burocratização resulta no engessamento de fazeres, limitando o/a o assistente social. Desse modo com o objetivo de expandir direitos e promover emancipação, o/a assistente social na educação ainda encontra um desafio que é o de construir uma prática de qualidade no meio educacional em favor da igualdade e da justiça social, mesmo sendo essa a visão da instituição.

Já em relação as oficinas da Semana da Mulher, tendo como base o Código de Ética do Assistente Social, Lei 8.662/93, tornou-se imprescindível compreender o processo denominado por (Laraia, 2001) como “aculturação”, bem como a realidade de vida de cada discente que participou da atividade. Observou-se uma maturidade e uma habilidade em debater assuntos complexos com objetividade e respeito.

Em se tratando dos projetos de extensão, analisa-se a importância do profissional assistente social que produz conhecimento através da troca dialógica e horizontal com os alunos e equipe multiprofissional, de modo a driblar o engessamento priorizando relações interpessoais de qualidade, que resultam em melhores condições de compreensão da realidade.

Espera-se que no exercício da profissão o/a assistente social volte-se para a realidade social e a discussão sobre a efetivação de direitos. No bojo dessas discussões reflete-se: A formação atual do assistente social capacita para a análise dessas conjunturas? O instrumental técnico operativo disponível permite que seja realizada a leitura social verificando possibilidades de diminuição das expressões da questão social como a evasão e abandono escolar?

REFERÊNCIAS

ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL. Disponível em: <http://reitoria.ifpr.edu.br/menu-academico/assistencia-estudante>. Acesso em: 08 mai. 2019.

BRASIL. Lei no 13.005, de 25 de junho de 2014. Plano Nacional de Educação – PNE. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2014/lei-13005-25-junho-2014-778970-publicacaooriginal-144468-pl.html>. Acesso em: 22 mar. 2018.

BRASIL. **Código de ética do/a assistente social**. Lei 8.662/93 de regulamentação da profissão. - 10ª. ed. rev. e atual. - [Brasília]: Conselho Federal de Serviço Social, [2012].

_____. Decreto no 5773 de 09 de maio de 2006. Dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e cursos superiores de graduação e sequenciais no sistema federal de ensino. Disponível em: <https://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/95807/decreto-5773-06>. Acesso em: 22 mar. 2018.

_____. Decreto no 7.234, de 19 de julho de 2010. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7234.htm. Acesso em: 16 mar. 2018.

_____. Decreto no 9235 de 15 de dezembro de 2017. Dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação das instituições de educação superior e dos cursos superiores de graduação e de pós-graduação no sistema federal de ensino. Disponível em: <https://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/532672546/decreto-9235-17>. Acesso em: 20 mar. 2018.

_____. PNAES – PROGRAMA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-

2010/2010/decreto/d7234.htm. Acesso em: 16 mar. 2018.

_____. Lei no 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11892.htm. Acesso em: 17 mar. 2018.

_____. Lei no 13.429, de 31 de março de 2017. Altera dispositivos da Lei no 6.019, de 3 de janeiro de 1974, que dispõe sobre o trabalho temporário nas empresas urbanas e dá outras providências; e dispõe sobre as relações de trabalho na empresa de prestação de serviços a terceiros. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2017/lei-13429-31-marco-2017-784561-veto-152294-pl.html>. Acesso em: 23 mai. 2018.

_____. Lei no 8.069. 25 anos Estatuto da Criança e do Adolescente. Proteção integral de crianças e adolescentes: instrumentos normativos nacionais e internacionais / organizado por Ana Christina Brito Lopes. 2 ed. Curitiba, PR: SECS, 2015.

DANIEL, L. P. A influência do mercado de trabalho e do background familiar para o avanço entre níveis escolares no Brasil. **Revista de Estudos Sociais**, vol. 20, n. 40, 2018.

FREIRE, P. **Poesia: A escola**. Instituto Paulo Freire. Disponível em: www.paulofreire.org. Acesso em: 23, nov. 2018.

GENTILLI, R. M. L. **Representações e práticas**: identidades e processo de trabalho no Serviço Social. São Paulo: Editora Veras, 1998.

IAMAMOTO, M. V. **O serviço Social na contemporaneidade**: trabalho e formação profissional. São Paulo- Cortez, 2010

INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ. **Projeto Político Pedagógico (PPP)**. Disponível em: http://paranagua.ifpr.edu.br/wp-content/uploads/2013/12/ProjetoPolC3%ADtico_Pedag%C3%B3gico_21_jan_2013_final_com-numero-pag.pdf. Acesso em: 25 mai. 2018.

LARAIA, Roque de Barros 2001. *Cultura um conceito antropológico*. 2002.

MARTINELLI, M. L. Reflexões sobre o Serviço Social e o projeto ético-político profissional. **Emancipação**. v. 6. n. 1. 2006.

MOREIRA, I. A. W. **As propostas de rebaixamento da idade penal de adolescentes no Brasil e o posicionamento do conjunto cfess/cress** (2011), 199 f. Dissertação de mestrado Programa de pós graduação em Serviço Social. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2011.

NETTO, J. P. **Capitalismo monopolista e serviço social**. 4 ed. São Paulo: Cortez, 2005.

PEREIRA PONTES, R. et al. O COMPORTAMENTO DE JOVENS E ADULTOS NO MERCADO DE TRABALHO BRASILEIRO COM RELAÇÃO À PERMANÊNCIA NO

EMPREGO. **Revista de Economia Contemporânea**, [S.l.], dez. 2018. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/rec/article/view/22011>. Acesso em: 15 maio 2019.

PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL - PDI. Disponível em <http://info.ifpr.edu.br/wp-content/uploads/PDI-2014-2018-Vers%C3%A3o-Revista-2017-2018-Final-30032017.pdf>. Acesso em: 18 mar. 2018.

Resolução IFPR no 066, de 13 de dezembro de 2018, aprovada pelo Conselho Superior, a qual institui o Índice de Vulnerabilidade Socioeconômica - IVS, no Instituto Federal do Paraná.

SILVERSTEIN, Shel. **A parte que falta**. Companhia das Letrinhas. 2018.

Livro analisado por Jout Jout Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=GFuNTV-hi9M>